

Educação e identidade nacional: contribuições da disciplina de História do Colégio Pedro II (1837-1850)

ARTIGO

Patrick da Silva Pastorⁱ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Felipe Lameu dos Santosⁱⁱ

Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

1

Resumo

Este trabalho investiga como a disciplina de História do Colégio Pedro II contribuiu para a construção de uma identidade nacional brasileira entre 1837 e 1850. A pesquisa analisa os simbolismos da criação da instituição, a composição de funcionários, o perfil dos estudantes e os programas de ensino de História, utilizando documentos institucionais do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e decretos oficiais. A análise fundamenta-se em uma bibliografia diversa, incluindo autores como Vera Andrade (1999), Gondra e Schueler (2008), Beatriz Santos (2011) e Letícia Silva (2023), que abordam tanto a conjuntura histórica quanto a trajetória da instituição. O estudo busca compreender os usos políticos da Educação e contribuir para a historiografia sobre o Colégio Pedro II, instituição tradicional e relevante na formação da identidade nacional.

Palavras-chave: Escolarização. Estrutura Curricular. Prática Curricular. Plano de Ensino.

Education and national identity: the role of history teaching at Colégio Pedro II (1837-1850)

Abstract

This work investigates how the History discipline at Colégio Pedro II contributed to the construction of a Brazilian national identity between 1837 and 1850. The research analyzes the symbolism surrounding the institution's foundation, the composition of its staff, student profiles, and History teaching programs, using institutional documents from the Documentation and Memory Center (NUDOM), periodicals from the Digital Newspaper Library of the National Library, and official decrees. The analysis is based on a diverse bibliography, including authors such as Vera Andrade (1999), Gondra and Schueler (2008), Beatriz Santos (2011) and Letícia Silva (2023), who address both the historical context and the institution's trajectory. The study aims to understand the political uses of education and to contribute to the historiography of Colégio Pedro II, a traditional and relevant institution in the shaping of national identity.

Keywords: Schooling. Curriculum Structure. Curricular Practice. Teaching Plan.

1 Introdução

O estudo se volta especificamente para a disciplina de História do Colégio Pedro II (CPII) entre os anos de 1837 e 1850, buscando identificar alguns de seus principais agentes e ferramentas que auxiliaram o governo imperial na busca por alicerçar as bases do que se pretendia ser a identidade nacional brasileira a partir da Educação, entendendo-a como importante instrumento para essa construção. O recorte temporal justifica-se pelo próprio objeto, pois se inicia no ano de criação da referida instituição e se encerra em 1850, ano de aplicação do primeiro programa de ensino da instituição.

A primeira metade do século XIX foi um grande divisor de águas na história das Américas, principalmente devido aos processos de independência em cadeia que ocorreram no período. O surgimento dessas novas nações modernas ocasionou diversas questões e disputas políticas, frutos dos interesses de diversos grupos sociopolíticos – no Brasil, com a presença marcante de liberais, conservadores, restauradores e republicanos¹ – que participaram ativamente dos movimentos de emancipação. Sendo assim, eram necessários elementos que pudessem conferir coesão àqueles povos, de forma que a heterogeneidade dos projetos nacionais não resultasse em uma fragmentação política e acabasse comprometendo a tão idealizada independência. Especialmente no caso brasileiro, tais elementos que constituíam a ideia de nação foram indispensáveis, principalmente para a manutenção da unidade territorial em torno do governo no Rio de Janeiro (Neves, 2011). Certamente, um desses elementos principais era a construção de uma identidade nacional.

Nos termos de Benedict Anderson (2008), a identidade nacional é uma construção social, cultural e política que visa integrar uma sociedade ao redor de uma mesma ideia

¹ Esses grupos divergiam politicamente, basicamente, a respeito da maior ou menor concentração de poder nas mãos do imperador, ou mesmo sobre o regime de governo, no caso dos republicanos. Contudo, nenhum dos grupos da elite política ainda propunha, de forma significativa, grandes mudanças na base da sociedade, como o fim da escravidão.

de pertencimento. Essa ideia é, muitas vezes, articulada por meio de símbolos, narrativas históricas e práticas culturais compartilhadas, que dão forma a um imaginário nacional. Nesse contexto, a identidade nacional não é algo dado ou natural, mas um processo dinâmico que envolve a seleção e a valorização de determinados elementos culturais e históricos em detrimento de outros. Instituições como a escola, a imprensa e o Estado desempenham um papel central nesse processo, reforçando discursos que legitimam a coesão nacional e promovem a sensação de continuidade histórica. Entretanto, essa construção pode também excluir ou silenciar grupos e identidades divergentes, evidenciando as tensões e disputas presentes na formação das nações.

Esta pesquisa foi realizada por meio da busca, análise e comparação de fontes, sempre relacionadas com uma bibliografia selecionada que contribuiu para o enriquecimento das reflexões. Como propõe Silvia Lara (2008), a pesquisa histórica é feita com a busca, coleta e análise de fontes a partir das perguntas do historiador, que direcionam sua investigação. Nas palavras da autora, “[...] todo trabalho de investigação implica separar e selecionar os documentos capazes de oferecer respostas a perguntas específicas” (p. 22). Entre as fontes consultadas estão documentos institucionais do Colégio Pedro II, como programas de ensino e quadro de funcionários, encontrados no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), localizado no campus Centro da referida instituição; leis e decretos do Império, disponíveis em domínios públicos oficiais do governo brasileiro; e, por fim, produtos da imprensa periódica da época, como o *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Official*, disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já entre a bibliografia selecionada estão obras que tratam da temática da questão nacional, da História da Educação no Brasil e da história do Colégio Pedro II.

Já se contesta a tradição positivista de inclinar todos os esforços analíticos somente – ou majoritariamente – para fontes provenientes de documentos oficiais, esperando que estas falem por si sós e tragam uma suposta verdade histórica (Barros, 2011). Nesta pesquisa, as fontes de documentos oficiais são relacionadas a outras tipificações, cada

uma analisada segundo suas particularidades, almejando uma área de análise mais ampla. Sem se abster do uso das fontes documentais, as contribuições do historiador francês Marc Bloch (2001) mostram que “os textos [...], mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los” (p. 79).

4

As proposições da historiadora Tania Regina de Luca (2008) tornam-se muito pertinentes na construção desta pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao uso e à análise de fontes advindas da imprensa periódica. A autora elucida que, por muito tempo, os periódicos não foram analisados como fontes por serem julgados tendenciosos por uma historiografia que se pretendia ser neutra, abstendo-se de valores subjetivos. Contudo, novos entendimentos a respeito da construção historiográfica permitiram romper com esse paradigma, entendendo que tanto as fontes julgadas como oficiais como as da imprensa periódica são produzidas por pessoas; portanto, não possuem a neutralidade que antes era almejada. Além disso, a análise de produtos da imprensa periódica permite identificar informações que circulavam a respeito do objeto estudado, as quais contribuem para a formação da opinião de seus leitores.

O trabalho anuncia sua relevância ao estabelecer um debate sobre a construção da identidade nacional brasileira durante o século XIX pelas vias educativas. Além disso, o estudo de caso sobre a constituição da disciplina de História do Colégio Pedro II, notória instituição de ensino secundário desde a sua criação, em 1837, no Segundo Reinado, permite identificar valores que o governo imperial visava imprimir em uma seleta parcela da sociedade, não somente por meio da disciplina de História propriamente dita, que é o cerne desta pesquisa, mas também pela composição do colégio em si, de seu quadro de funcionários e de seu corpo docente. Trazendo um olhar sóbrio sobre a temática, esta pesquisa também rompe com um certo saudosismo existente em grande parte da historiografia que aborda o Colégio Pedro II², indicando de forma clara algumas problematizações de suma importância (Silva, 2023).

² Grande parte das obras que abordam o passado do Colégio Pedro II assume um caráter saudosista, visto que é uma instituição tradicional de ensino no Brasil ainda nos dias atuais. Isso torna-se evidente na forma



A primeira parte deste artigo, nomeada “Brasil: unidade a partir de uma ideia”, busca a compreensão de alguns momentos históricos a partir da Independência do Brasil, em 1822, que puseram em xeque a unidade política e territorial do país logo em seus primeiros momentos de existência oficial. Além disso, traça a trajetória de medidas políticas e militares tomadas para que a fragmentação fosse evitada ou, em alguns momentos, desfeita. A seção relaciona a importância da construção de uma identidade nacional, tratando, em especial, do caso brasileiro, seus usos políticos e algumas de suas ferramentas, sendo a Educação a principal delas aqui abordada. Introduzindo o Colégio Pedro II como um marco do projeto nacional, o tópico encerra-se com uma reflexão acerca da relação dialógica entre a construção historiográfica e o ensino de História na sala de aula.

A segunda parte, intitulada “A construção institucional da consciência histórica”, discorre a respeito do simbolismo que permeou a criação do Colégio Pedro II na primeira metade do século XIX, analisando de forma relacional como esses aspectos contribuíram para a forja do que se pretendia ser a identidade nacional brasileira. Tais aspectos partem desde a criação do Colégio Pedro II, perpassam as estruturas físicas da instituição e contemplam, ainda, seu quadro de funcionários e seu corpo docente.

Por fim, a última parte, intitulada “A constituição disciplinar”, reserva uma análise detalhada sobre as lições que constituíam as cadeiras do Sétimo Ano, primeiro ano de curso da instituição. A análise se fundamenta na identificação de fatores constitutivos da disciplina de História, por meio da qual se pretendia educar uma futura elite dirigente do país, partindo desde os catedráticos que ministram a disciplina de História, passando também uma observação crítica do primeiro programa de ensino da instituição.

2 Brasil: unidade a partir de uma ideia

e no conteúdo dessas obras, mais ainda ao pesquisar as relações dos autores com a instituição. Como alguns dos expoentes mais recentes dessa historiografia, estão as obras de Santos (2011) e Andrade (1999; 2007). É importante salientar, contudo, que isso não significa descredibilizar as importantes contribuições que essas obras e autores(as) agregaram à construção do conhecimento a respeito da instituição.



Longe de ser algo inato às sociedades ou aos indivíduos que nelas vivem, a identidade nacional é um elemento resultante de processos históricos, constituídos por agentes e ações específicas. Ela pode ser introjetada em um povo de diferentes formas, geralmente combinadas, que partem desde a identificação linguística e cultural, perpassando o estabelecimento de um passado histórico em comum e tendo, junto a esses elementos, ainda, a criação de símbolos (Anderson, 2008). Tão importante quanto isso, a Educação foi ferramenta essencial para a construção e disseminação do que se pretendia que fosse a identidade nacional brasileira na primeira metade do século XIX (Santos, 2021; Santos, Gondra e Lopes, 2022).

Esse fator se relaciona com a questão do analfabetismo e do letramento no Império brasileiro. Para se ter ideia, segundo Sidney Chalhoub (2012), de acordo com o primeiro recenseamento geral, datado de 1872, cerca de 77% da população brasileira era analfabeta. No Rio de Janeiro, sede do Império, aproximadamente 50% da população integrava a taxa de analfabetismo. Tais dados explicitam o caráter exclusivo da educação formal no Brasil durante o século XIX, sendo um privilégio para poucos.

Contudo, esses fatores permitiram que o Império não somente criasse políticas educacionais voltadas para as classes mais abastadas, que seriam a futura elite dirigente do país, como também as educasse a partir dos valores que se pretendiam que fossem os valores brasileiros. Sendo assim, o governo imperial brasileiro se preocupou em criar instituições que pudessem forjar uma história brasileira e, não obstante, disseminá-la por meio de diferentes meios. Duas dessas instituições foram exploradas nesta pesquisa, sendo, em maior medida, o Colégio Pedro II e, de forma anexa e correlacionada, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado um ano depois, em 1838.

Segundo Solange Zotti (2005), “o Colégio D. Pedro II foi a primeira instituição escolar que passa a usar nominalmente o termo ‘secundário’ como denominação legal” (p. 29), em um momento em que ainda não havia certa uniformidade com relação à instrução nas províncias brasileiras, como observam José Gondra e Alessandra Schueler (2008).

Fato reconhecido amplamente pelas pesquisas que se debruçam sobre a história da instituição, em seus primórdios, o Colégio Pedro II foi projetado para atender às necessidades de uma pequena parcela da população brasileira, em vista do supracitado panorama educacional formal exclusivo da elite dirigente, e suas disciplinas eram carregadas de um ideal formativo civilizatório, como será explicitado adiante, utilizando como exemplo o cerne da pesquisa: a análise da disciplina de História da referida instituição.

Em consonância com a criação do Colégio Pedro II enquanto uma instituição educacional, o governo imperial criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para realizar uma atividade essencial para um país que pretendia fundar uma identidade nacional: a forja da História oficial brasileira, contribuindo de forma sistematizada para a construção do imaginário da existência de um passado histórico em comum (Andrade, 2007). Esse detalhe une-se ao fato de a reconfiguração pela qual a historiografia passou a partir do século XIX tornar ainda mais oportuno o momento de desenvolvimento da historiografia brasileira. Pessoas ilustres compunham o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, muitas vezes, essas mesmas pessoas atuavam como catedráticos do Colégio Pedro II, realizando uma dupla atividade de escrita e ensino de História (Andrade, 1999).

É importante ressaltar, todavia, uma diferença conceitual basilar entre esta pesquisa e grande parte das obras que abrangem a temática. Diferentemente do conhecimento construído até aqui a respeito da relação entre a construção historiográfica realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o ensino de História do Colégio Pedro II no século XIX, representado pela ideia de que “o lugar institucional da produção histórica é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o lugar da produção didática é o Colégio Pedro II” (Andrade, 2007, p. 219), esta pesquisa leva em consideração as contribuições mais atuais a respeito da Educação, reconhecendo a relação dialógica entre a academia e a sala de aula enquanto ambientes de construção do saber histórico (Chervel, 1990).

Ainda que se esteja falando de panoramas educacionais bem diferentes se comparados aos dos dias atuais, rejeita-se a ideia de uma sala de aula inerte, isto é, imóvel no processo de ensino-aprendizagem, que apenas absorve o conhecimento. A História acadêmica e o Ensino de História, portanto, possuem uma relação dialógica, sendo a sala de aula, também, um local importante para a construção ativa do saber histórico. Tal concepção contribui, pois, ainda que cada proposta de tipificação de História possua suas especificidades, a construção do saber histórico não está relegada a apenas uma delas ou a um seletivo grupo. Kátia Abud, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), elucida por meio de seus estudos que:

Nesse momento, em que o Brasil se estruturava como nação, após a Independência de 1822, a História acadêmica e a História disciplina escolar se confundiam em seus objetivos, pois a nacionalidade era a grande questão posta à sociedade brasileira. As classes dirigentes se atribuíam o direito de escolha do passado, visto como um caminho percorrido pela humanidade em direção ao progresso, iluminado pelo conceito de nação (Abud, 2023, p. 30).

Sendo assim, não é como se de fato as competências e especificidades de cada forma de construção histórica as limitassem, especialmente em um momento histórico como que o Brasil vivia na época. A essa altura, como evidencia a autora, ambas se confundiam, pois tinham uma grande finalidade em comum, que é a já aquiposta construção da identidade nacional brasileira, cada uma em seus ambientes, com seus agentes, recursos e ações.

É preciso esclarecer, antes de tudo, que a criação, a projeção e a constituição do Colégio Pedro II são rodeadas de simbolismos. Serão expostos dois dos casos que constituem o mito fundador da gênese da instituição. O decreto de 2 de dezembro de 1837 é o marco da criação do Colégio Pedro II, que nasce sob o nome de Collegio de Pedro II, ou ainda Imperial Collegio de Pedro II, como pode ser observado nos produtos da imprensa periódica do período³, como os aqui analisados *Jornal do Commercio*, *Diário do*

³ Neste trabalho, a instituição será referenciada apenas como Colégio Pedro II. A opção foi exercida para evitar a multiplicidade de referências nominais na mesma obra sobre o mesmo objeto.



Rio de Janeiro e Correio Official, em diversas ocorrências ao longo de suas edições. Já de início, a partir dessa data e da estrutura física em que começou a funcionar o colégio que levava o nome do futuro imperador do Brasil, é possível extrair algumas das principais estratégias de simbolismo que envolvem a história da instituição.

9

3 A construção institucional da consciência histórica⁴

A primeira das principais estratégias de simbolismo refere-se logo à data de fundação do colégio, que sequer resvala na possibilidade de ter sido aleatória. O decreto de sua fundação é datado do aniversário de 12 anos do futuro imperador, ao qual o ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcelos, no ato da proposta de criação da instituição, dedicou o nome. Mas, para além da relação nominal, pesquisas (Andrade, 1999; Santos, 2011) sugerem que Pedro II possuía até certa proximidade com a instituição, sendo figura presente, o quanto possível, no cotidiano do colégio. Para além de uma simples homenagem, o Colégio Pedro II nasce já trazendo, em seu nome, a figura de maior autoridade do Império brasileiro, mesmo que ainda não estivesse ocupando o cargo de imperador efetivamente.

A segunda é a própria estrutura física em que o colégio inicia suas atividades. Como o próprio decreto de fundação faz notar, o Colégio Pedro II assumiu o lugar onde anteriormente funcionava o Seminário de São Joaquim, no centro da cidade do Rio de Janeiro, capital da Corte (Brasil, 1837). A instituição que precede o colégio era conhecida, historicamente, por sua tradição de solidariedade e valores comunitários, principalmente por ter em seu quadro de seminaristas alguns jovens órfãos. Tais informações são

⁴ O conceito de consciência histórica é utilizado, neste trabalho, em conformidade com o que é apresentado por Estevão Martins (2019, p. 55), sendo “a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos constitutivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo”.



confirmadas ao se analisar brevemente as impressões de Joaquim Manuel de Macedo⁵, marcadas por um certo orgulho no tocante às características da instituição, em um conjunto de artigos publicados nos folhetins do *Jornal do Commercio*, nomeados “Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro”⁶:

10

Essa bela instituição, de que hoje tanto nos ufanamos, é filha de humildes pais. Porque há um século e vinte e alguns anos deram-lhe o ser a caridade, que nunca foi alta, e um simples sacrístão-mor, que provavelmente não era de nobre estirpe (Macedo, 2005, p. 288).

Esse conjunto de ações tomadas pelo governo imperial se relaciona de forma indireta com a disciplina de História do Colégio Pedro II no referido período, pois, antes mesmo do início de suas atividades, a instituição já emanava os valores e a consciência histórica que ela almejava transferir à população. Isso fica evidente, por exemplo, no jornal *Correio Official*, que, em 7 de dezembro de 1837, trouxe um fragmento emblemático comparando o recém-fundado Colégio Pedro II aos colégios da França, que herdaram o nome de seus melhores reis. Aborda-se também a possibilidade de o Colégio Pedro II rivalizar em qualidade com eles e, por fim, sela-se um compromisso de retomar a quão benéfica será a existência e atividade do Colégio Pedro II.

Outro fator que também se relaciona indiretamente com a disciplina de História, por meio da construção da consciência histórica proposta pelo Colégio Pedro II, é a composição das pessoas que frequentavam a instituição, referindo-se à sua pluralidade ou à falta dela. Como já elencado anteriormente, o colégio foi projetado para ser a instituição que formaria os filhos da elite político-econômica brasileira, isto é, a futura elite dirigente do país. Fato conhecido, a Independência, em 1822, não promoveu grandes mudanças na sociedade, tendo como uma de suas principais características a desigualdade social. Portanto, é importante discriminar quem compunha majoritariamente

⁵ O escritor também foi professor da disciplina de História do Colégio Pedro II, nomeado no final da década de 1840.

⁶ Apesar de tais artigos estarem dispostos no *Jornal do Commercio*, versões também analisadas, foi utilizado como fonte de análise nesta pesquisa um livro que reúne todos os artigos dessa série, por motivos organizacionais.



o quadro discente da instituição, já que se tratava de uma instituição paga, projetada sob grande simbolismo, como elucidado anteriormente.

11

É um equívoco, porém, formular uma falsa ideia de homogeneidade nesse quadro. O Colégio Pedro II, assumindo o supracitado ideal de caridade, também admitia estudantes órfãos por meio de pedidos de aceite formalizados em cartas, o que, apesar de ser contraditório em uma sociedade onde grande parte da população ainda não possuía letramento, expandia o leque socioeconômico de pessoas que pertenciam à categoria discente. Não obstante, não foi encontrada, no estatuto oficial do Colégio Pedro II, no recorte temporal estudado, qualquer determinação que proibisse estudantes negros de compor o quadro discente (Brasil, 1838). Contudo, não se devem esquecer as possíveis contradições intrínsecas à História: ainda que estudantes negros fossem formados pelo Colégio Pedro II, cenário já muito dificultado pela realidade brasileira do século XIX, eles seriam educados por uma instituição que divulgava os valores do Império brasileiro e reinseridos em uma sociedade escravocrata que, por padrão, promoveria sua exclusão social.

Adentrando na questão racial, ela se faz muito necessária, principalmente no que diz respeito à construção – ou à manutenção – de uma consciência histórica em uma instituição educativa brasileira do início do século XIX. Novas pesquisas indicam que pessoas escravizadas, pertencentes tanto ao Estado brasileiro, os chamados “escravos da nação”, como a particulares, trabalharam no Colégio Pedro II, exercendo funções como cozinheiros, criados e serventes (Silva, 2023, p. 119-123). Esse é um marco que transforma grande parte da historiografia brasileira que estuda a instituição, pois, em sua maioria, ignora tal fato a ponto de sequer fazer menções. Certamente, a escassez de fontes não é o grande empecilho, visto que o Brasil tem, em sua história, a mácula da prática escravocrata sistematizada por mais de 300 anos.

Por tal compromisso, é exposta aqui uma análise relacional de como a existência e prática da escravidão em uma das mais importantes instituições educativas do Império brasileiro contribuíram para a naturalização desse panorama por meio da consciência



histórica. Não se pretende, aqui, confundir as visões de mundo, tentando aplicar os valores da sociedade brasileira atual aos valores de uma sociedade brasileira do início do século XIX, mas sim compreender a realidade abordada a partir de seus próprios moldes, admitindo suas particularidades, conforme propõe o estudo de caso de Robert Darnton (1986). Contudo, não é possível se eximir do fato de que, até a sua abolição, a escravidão alicerçou as principais instituições no Brasil, seja no âmbito político, social, econômico, cultural ou mesmo o educacional (Gorender, 2016). Sendo assim, esses fatores socioeconômicos implicam diretamente na construção prévia de uma consciência histórica, a qual a disciplina de História do Colégio Pedro II não necessariamente buscava romper.

4 A constituição disciplinar

Pode-se afirmar que a disciplina de História, tal como as demais disciplinas do quadro compreendido como Humanidades, é carregada de relevância social e formativa. Curiosamente, as Humanidades foram o principal alvo de investimento no momento da formulação e divisão de disciplinas e tempos nos primeiros anos de funcionamento do Colégio Pedro II. Além da História, disciplinas como Línguas Clássicas, Retórica e Filosofia também desempenhavam papéis centrais na formação dos estudantes, refletindo o modelo educacional da época e sua preocupação com a formação de uma elite intelectual e política (Brasil, 1838). Os arquivos dessa divisão encontram-se no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), em bom estado de conservação e em acervos virtuais. Não é a intenção deste trabalho reescrever ou reproduzir o planejamento que define essa divisão, mas a informação a respeito da relevância que esse eixo disciplinar recebeu é importante, pois remete primordialmente ao ideal civilizatório que a Educação carregava no Brasil ainda no século XIX, amplamente inspirada nos moldes ocidentais europeus, como evidenciado adiante.



A disciplina de História no Colégio Pedro II, em seus primeiros anos de funcionamento, era dividida em cadeiras, as quais tinham como catedráticos pessoas ilustres na referida sociedade. Esta pesquisa também não tem por objetivo realizar uma atividade de catalogação de catedráticos, mas a exposição de exemplos práticos é vista como produtiva. Justiniano José da Rocha (1812-1862) foi o primeiro a assumir cadeiras da disciplina de História, sendo elas as de História Antiga, História Romana, História Pátria e, adicionalmente, Geografia, pois algumas cadeiras de História e Geografia eram integradas⁷. Além disso, integrava o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo um dos exemplos práticos da relação previamente estabelecida entre as duas instituições nesta pesquisa.

Outro catedrático que foi uma pessoa notória na referida sociedade é o romancista Joaquim Manuel de Macedo, que, além de lecionar no Colégio Pedro II, também era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Formado em Medicina, Macedo, que já havia escrito e publicado, em 1844, sua famosa obra *A Moreninha*, assumiu o cargo de catedrático em 1849, lecionando História Antiga e Geografia (Santos, 2011). Estas presenças elucidam que, além de ter um claro público-alvo definido, o governo imperial também selecionava e nomeava a rigor os catedráticos do Colégio Pedro II, quando não partindo do processo de seleção de professores por meio de concurso.

Sob a ótica do Estado, a tarefa primordial desses catedráticos seria a de educar a nação. Mais ainda: especificamente, referente aos catedráticos de História, cabia-lhes contar ao seu povo sua própria história, forjada no âmago dos interesses políticos do governo imperial brasileiro. Isso tornou-se mais evidente na década de 1840, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propôs um concurso sobre como deveria ser a escrita da História do Brasil, em 1840, e outro sobre como deveria ser elaborado o programa de ensino de História do Brasil. O pesquisador alemão Von Martius teve as respostas vencedoras, nas quais ele evidenciou os conhecimentos fundamentais

⁷ Fato que muda com o Decreto n. 598 de 25 de março de 1849, do Ministro do Império Visconde de Monte Alegre, que divide as cadeiras de História e Geografia.



necessários para formar a identidade nacional brasileira a partir de sua História (Abud, 2023; Santos, 2011).

Dentre esses conhecimentos, estavam a necessidade de abordar a diversidade étnica brasileira a partir de uma premissa formativa, isto é, o papel e a contribuição dos brancos, dos negros e dos indígenas na constituição do Brasil⁸; o protagonismo português durante a colonização sistematizada; e as relações entre os colonos, jesuítas e demais nações europeias, principalmente no âmbito comercial, como explica Beatriz Santos (2011). A autora acrescenta que “a História estaria marcada pelo caráter civilizador, de modo que a tarefa iniciada pela colonização portuguesa deveria ter continuidade com vistas ao progresso do Estado nacional” (p. 86).

Já postos à missão da construção e disseminação de uma identidade nacional brasileira, os agentes encarregados dela, os alvos e o ambiente em que ela deveria ser realizada, cabe uma análise das ferramentas que seriam utilizadas pelos catedráticos em virtude de seu cumprimento. Em especial, tais ferramentas foram os programas de ensino, o currículo, seus componentes e os compêndios.

Evitando naturalizações e generalizações, o currículo escolar deve ser visto como uma construção histórica resultante de constantes disputas políticas (Chervel, 1990). Isto é, nenhum item presente no programa de ensino e no currículo, ou mesmo itens ausentes, são meros frutos do acaso, mesmo apesar das notáveis mudanças sobre a concepção de currículo ao longo do tempo. Nessa perspectiva, evidencia-se como fonte para análise a obra *Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)*, de Michael Lorenz e Ariclé Vechia (1998), que compila diversos programas de ensino do Colégio Pedro II entre 1850 e 1951. A opção por essa fonte se deu pela falta de disponibilidade dos exemplares originais dos primeiros programas de ensino. Para uma análise aprofundada,

⁸ Como elucida Beatriz Santos (2011), apesar da proposta de Von Martius incluir os povos indígenas na escrita da História do Brasil e nos programas de ensino, os mesmos só aparecem mais ativamente nos programas de ensino a partir de 1850.



será observado e fragmentado o primeiro programa de ensino da cadeira de História do Brasil, voltado para as séries de sétimo ano⁹, datado de 1850¹⁰.

15

Tabela 1 – Mapa de lições do Sétimo Ano: História do Brasil¹¹

Nº	Nome da lição	Nº	Nome da lição
1.	Descobrimento do Brasil: primeiros exploradores.	21.	Vidal de Negreiros e seus sucessores no governo de Pernambuco.
2.	Divisão do Brasil em capitania.	22.	Revolta chamada dos Mascates.
3.	Estado do Brasil - Tomé de Sousa e Duarte da Costa. Jesuítas - Nóbrega e Anchieta.	23.	Salvador Correia no governo do Rio de Janeiro.
4.	Invasão francesa no Rio. Villegaignon.	24.	Descoberta das Minas no Brasil - Seus efeitos.
5.	Expulsão dos franceses do Rio. Estácio de Sá.	25.	Projeto de revolução em Minas - Joaquim José da Silva Xavier.
6.	Estabelecimento dos franceses no Maranhão. La Ravardiere. Expulsão por Alexandre de Moura.	26.	Colônia de Sacramento - Desde a fundação até a sua reconstrução.
7.	Du Clerc e Duguay-Trouin.	27.	Ataque a Salcedo.
8.	D. Sebastião - Domínio espanhol.	28.	Demarcação de Limites: 1750 - primeira campanha de Gomes Freire.

⁹ A organização seriada e sequencial das turmas, na época chamadas de Aulas, não era de acordo com os moldes atuais. Era, na verdade, o contrário: hoje conta-se de forma crescente; no Colégio Pedro II, à época, as séries eram contadas de forma decrescente, sendo o sétimo ano, portanto, uma das primeiras Aulas a serem frequentadas pelos estudantes, em conformidade com o Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838 (Brasil, 1838).

¹⁰ Fruto da reforma feita nos Estatutos do Colégio Pedro II, por meio do Decreto nº 62, de 1º de fevereiro de 1841 (Brasil, 1841).

¹¹ Tabela criada a partir da obra *Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)* (Lorenz, Vechia, 1998, p. 4), reproduzindo as informações com adaptações gramaticais.



9.	Incursões inglesas - Cavendish e Lancaster.	29.	Segunda campanha de Gomes Freire - Anulação do tratado de 1750.
10.	Invasão holandesa na Bahia - Hans Van Dort - Expulsão - D. Fradique de Toledo.	30.	Campanha de Ceballos até a paz de Paris.
11.	Guerra Holandesa - Desde a invasão até a expedição de Canefelt a Itamaracá.	31.	Conde Florida Blanca. Ceballos até a paz de Madrid.
12.	Desde a chegada de Oquendo até a retirada de Mathias de Albuquerque para as Alagoas.	32.	Influência dos jesuítas no Brasil, sua expulsão.
13.	D. Luiz de Roxas - Bagnuolo até a evacuação de Sergipe.	33.	Vinda do Sr. D. João VI - Acontecimentos até o ano de 1815.
14.	O Conde Maurício de Nassau até a invasão da Bahia.	34.	Campanhas do Sul desde 1811 até a incorporação da Província Cisplatina ao reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.
15.	Revolução de 1640 em Portugal - Amador Bueno - Tréguas com os Holandeses.	35.	Acontecimentos de 1820 em Portugal - e no Brasil desde essa época até o regresso da Corte.
16.	Expedição de João Cornelles: expulsão dos holandeses do Maranhão.	36.	Tentativa de 1817.
17.	Conspiração de Beckman.	37.	Regência do Sr. D. Pedro - Aclamação da Independência.
18.	Retirada de Maurício de Nassau - Vieira - Derrota de Huss e Blaar.	38.	Movimento de Pernambuco em 1824.
19.	Schoppe volta ao Brasil - Primeira batalha dos Guararapes.	39.	Lord Cockrane.
20.	Segunda batalha dos Guararapes - Os portugueses entram em Recife - Efeitos da conquista.	40.	Fundação das principais cidades do Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em um primeiro olhar, do início ao fim de um programa que se pretende ser a História do Brasil, é possível notar a evidente presença de personalidades europeias e

seus feitos. O início, tomado por tradicional por grande parte da historiografia brasileira à época, tem como ponto de partida a chegada dos portugueses ao território, nomeada de “descobrimento”, privilegiando a perspectiva europeia sobre o fato. Ele é seguido de um estudo a respeito das Capitanias Hereditárias, primeiro grande esforço de organização administrativa da Coroa portuguesa em território americano. Por fim, o último dos três primeiros tópicos a respeito da História do Brasil aborda a presença dos dois primeiros governadores-gerais do Brasil, bem como a presença de figuras eclesiásticas consolidadas na historiografia brasileira. Nota-se a ausência de tópicos que indiquem qualquer protagonismo de povos indígenas.

Do quarto tópico ao décimo oitavo, quase todos os conhecimentos históricos a serem articulados tratavam do embate entre portugueses e outros invasores europeus, como franceses, ingleses e holandeses. Esses momentos de combate e expulsão dos estrangeiros, levando em consideração os já estabelecidos portugueses, serviam para consolidar e reforçar um certo poderio português, sobretudo o militar, ressaltando as raízes brasileiras advindas de uma outra nação igualmente forte. Serviu, ainda, para fincar essas mesmas raízes no imaginário histórico brasileiro, uma espécie de mito fundador, uma gênese política a partir da colonização.

O décimo quinto tópico, o décimo sétimo e os tópicos entre o vigésimo e o vigésimo sétimo abordam momentos da história brasileira em que a Coroa portuguesa também mostrou seu poderio militar, porém em revoltas ocorridas no próprio território, a partir de conflitos entre a Coroa, colonos e nativos, popularmente conhecidas como revoltas coloniais. O conflito de interesses entre a metrópole e a colônia originou tensões que marcaram a história e a historiografia brasileira. Faz-se necessária uma menção à curiosa presença de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, no conteúdo programático, o qual posteriormente foi tomado como herói nacional pela República no Brasil.

Longe de buscar traçar uma estrita relação de dualismo presente no currículo e, ao invés disso, pretendendo alcançar as complexidades que o atravessam, certamente a

presença de Tiradentes vai na contramão da presença historiográfica das demais lideranças elencadas no programa de ensino. A personalidade histórica, considerada uma das principais lideranças da Inconfidência Mineira (movimento de caráter emancipacionista durante o período colonial do Brasil), muito dificilmente seria exaltada por sua coragem ou por seus valores sociopolíticos. Em contrapartida, nota-se a ausência do nome e das lideranças de outras revoltas contemporâneas e relacionadas, mas compostas de classes sociais distintas e com reivindicações igualmente diferentes, sendo o principal exemplo a revolta colonial de caráter emancipacionista chamada Conjuração Baiana, ou, ainda, Conjuração dos Alfaiates.

Do vigésimo sexto tópico ao trigésimo primeiro, nota-se um foco nas disputas territoriais entre Portugal e Espanha, ocasionadas pelos chamados tratados de limites, em especial o Tratado de Madri de 1750, que redefiniu algumas fronteiras entre os territórios coloniais das duas metrópoles. Tal elemento, longe de ser apenas uma contação de história do que se pretendia ser a História do Brasil, poderia instalar, na consciência histórica dos estudantes, os valores da diplomacia e as possíveis consequências dos choques de interesses, ilustrando os dois países como protagonistas a partir de uma nova perspectiva brasileira, ainda em construção.

O trigésimo segundo tópico dá ênfase ao momento em que, por meio das chamadas Reformas Pombalinas, ocorre a expulsão dos padres jesuítas do território brasileiro. Ainda que a evacuação não tenha sido total e imediata, como se propõe, o fato foi um marco, em diversos aspectos, para a sociedade colonial e, dentre eles, o de ter sido o responsável por transferir as competências educacionais, que anteriormente estavam amplamente a cargo da Igreja, agora para as mãos da Coroa portuguesa e, como consequência, para o Estado imperial brasileiro. José Gondra e Alessandra Schueler (2008) evidenciam que a instituição das Aulas Régias foi parte fundamental desse processo.

No âmbito da educação escolar, a reforma pombalina (1759-1772) desencadeou o processo de expulsão dos jesuítas de Portugal e de todo o seu Império, o que acarretou a reorganização do ensino público oficial. Tornava-se então obrigação do Império luso garantir a educação gratuita à população, não de forma igualitária



e homogênea, em todo o território metropolitano e colonial. Para tanto, a reforma dos Estudos Menores criou o sistema das Aulas Régias, que passariam a ser financiadas pelo subsídio literário e coordenadas pelo Diretor Geral de Estudos (Gondra; Schueler, 2008, p. 21).

Entre o trigésimo terceiro tópico e o trigésimo quinto, nota-se já a necessidade, por parte do catedrático, de ministrar acontecimentos relativamente recentes na história brasileira, como a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, fugindo da invasão francesa liderada por Napoleão Bonaparte. Dentre esses eventos, incluem-se, também, a invasão e a anexação, por parte de D. João VI, da província Cisplatina, atual Uruguai, à época já emancipada do território brasileiro. Mais um item que pode ser associado ao reforço do poderio português e suas raízes na história do Brasil. Porém, esses eventos recentes também elucidam momentos de modernização no Brasil, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, onde funciona o Colégio Pedro II, inclusive reproduzindo grande parte do aparato burocrático português, movimento que a historiadora Maria Odila Dias (2005) chama de “interiorização da metrópole”.

O trigésimo terceiro tópico, nomeado como “Tentativa de 1817”, claramente refere-se à Revolução Pernambucana de 1817, movimento de caráter separatista e republicano que imprimiu em suas ações a insatisfação de algumas lideranças regionais a respeito da desigualdade social, ressaltada pela estada da Corte portuguesa no Brasil. Igualmente presente, a Confederação do Equador, chamada de “Movimento de Pernambuco em 1824”, ocorrida já após a Independência de 1822, é outro movimento revoltoso, mas que possui algumas raízes no movimento anteriormente citado. Tais eventos são seguidos, no programa de ensino, do retorno de D. João VI a Portugal e da regência de Pedro I, momentos que precedem a Independência do Brasil, findando-se no quadragésimo tópico, que traz a preocupação com que os estudantes aprendam a respeito da fundação das principais cidades do Brasil. Segundo o padrão constitutivo do programa analisado, claramente o ensino seria sob a ótica do colonizador, mais precisamente da família real portuguesa, possivelmente ressaltando algumas importâncias estratégicas ou comerciais de cada cidade.

Tabela 2 – Mapa de lições do Sexto Ano: História Moderna

Nº	Nome da lição	Nº	Nome da lição
1.	França. Luiz XI.	21.	Insurreição popular. Wickleff, João Huss, Jerônimo de Praga e Savonarola.
2.	Idem.	22.	Idem.
3.	Inglaterra. Guerra das Duas Rosas.	23.	Lutero.
4.	Idem.	24.	Idem.
5.	Alemanha. Frederico III.	25.	Reforma da Inglaterra. Henrique VIII.
6.	Espanha. Fernando de Aragão e Isabel de Castela.	26.	Eduardo e Maria.
7.	Descoberta da América.	27.	Isabel.
8.	Portugal. D. João II.	28.	Idem.
9.	D. Manoel.	29.	Filipe II.
10.	Idem.	30.	Idem.
11.	Descoberta do Brasil.	31.	Insurreição dos Países Baixos.
12.	Decadência da Itália.	32.	Decadência de Portugal. D. Sebastião.
13.	Idem.	33.	Conquista de Portugal.
14.	Carlos VIII.	34.	Reforma na França. Francisco II.
15.	Luiz XII.	35.	Carlos IX.
16.	Carlos V e Francisco I.	36.	Henrique III.
17.	Idem.	37.	Henrique IV.
18.	Henrique II.	38.	Idem.
19.	Reforma religiosa, Cisma do Oriente, Concílio de Pisa,	39.	Luiz XIII.

	Constança, Basileia, Ferrara e Florença.		
20.	Idem.	40.	Idem.

Fonte: Elaborado pelos autores.

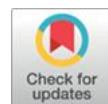
21

Feita a atividade de análise detalhada da cadeira de História do Brasil para as Aulas do Sétimo Ano e dos componentes curriculares, é possível realizar uma análise crítica de forma comparativa com a cadeira de História Moderna para as Aulas do Sexto Ano. Os conteúdos programáticos são marcados a partir da gênese das principais potências europeias e dos nomes de grandes personalidades da história ocidental europeia. Reis portugueses, espanhóis, ingleses e franceses norteiam o conhecimento a ser construído a partir do conteúdo. Não obstante, alguns processos históricos importantes para a mudança da mentalidade ocidental também marcam presença, como a Reforma Religiosa. Contudo, isso parece limitar o conteúdo, visto que, para preencher todas as 40 lições propostas para as Aulas, alguns dos conteúdos se repetem, sem um registro que explique o critério de quais deveriam se repetir ou o porquê. Beatriz Santos (2011) propõe que

Nas obras dos primeiros historiadores do IHGB, que serviram de base ao ensino do Colégio Pedro II, é patente a concepção de História calcada nos fatos marcantes, nos heróis e em seus feitos memoráveis. Sob esse enfoque, as biografias tornavam-se importantes veículos de transmissão de valores, de exemplos na construção da nova nação (Santos, 2011, p. 86).

Com relação aos livros didáticos, chamados de compêndios, não foi possível retratá-los de forma direta, como foi permitido o acesso aos programas de ensino. O motivo advém do processo de manutenção e restauração pelos quais os documentos estavam passando no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM). Contudo, estudos anteriores nos revelam que os primeiros compêndios foram importados e traduzidos por Justiniano José da Rocha, como “os manuais franceses de Cayx e Poisson (História Antiga) e os de Rozoir e Dumont (História Romana)” (Santos, 2011, p. 67). Posteriormente, foram elaborados pelos próprios catedráticos do Colégio Pedro II.





A ação de importar compêndios, mesmo que inicialmente, denota a relevância que os valores socioeducacionais ocidentais europeus possuíam para a sociedade brasileira da primeira metade do século XIX, especialmente pela tradição francesa. Tais valores foram responsáveis por compor a materialidade da ação educativa no Brasil, sendo disseminados de acordo com os padrões civilizacionais pretendidos pelo governo imperial.

22

Em 1849, por meio do Decreto nº 598, de 25 de março de 1849, o governo imperial realizou uma alteração significativa nas cadeiras de História e Geografia (Brasil, 1849). A reforma, dentre outras determinações, redistribuiu as competências de ensino de cadeiras específicas das Humanidades entre os catedráticos, alterando a dinâmica existente anteriormente e redefinindo atribuições. A partir de então, uma série de outras alterações e reformas foi realizada a fim de reorganizar o corpo de catedráticos e os conteúdos ministrados.

5 Considerações finais

A análise do Colégio Pedro II e da sua disciplina de História como um instrumento de formação de elites e de construção do que se pretendia ser a identidade nacional brasileira revela sua importância no projeto educacional e político do Império. Desde sua fundação, em 1837, sob um forte apelo simbólico ligado à figura de Pedro II, a instituição foi concebida como uma peça-chave para consolidar os valores pretendidos pelo Estado imperial. Esse projeto se expressa em fatores que partem desde a escolha da data de criação e da ocupação de um espaço simbólico, até o currículo, os catedráticos escolhidos para as cadeiras de Humanidades e os programas de ensino das cadeiras de História.

O trabalho procurou evidenciar, inicialmente, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II interagiram, no século XIX, de forma dialógica, desempenhando papéis complementares na construção de uma narrativa histórica oficial. Ambos, dentro de suas especificidades – e em grande parte do tempo, contando com os mesmos profissionais –, contribuíram para a forja da história brasileira.



Essa relação revela o papel estratégico dessas instituições no projeto de construção nacional, consolidando ideais como unidade territorial, soberania e civilização.

23

Na segunda parte, observou-se como o Colégio Pedro II atuou na formulação de uma identidade brasileira de forma direta, utilizando a disciplina de História como ferramenta de formação moral, política e social. A discussão sobre os usos políticos da Educação para tais finalidades ilustra um esforço deliberado de exaltar valores ligados à monarquia, à colonização portuguesa e ao poder imperial, enquanto aspectos mais críticos da história nacional, como a escravidão e as desigualdades sociais, eram relegados ou tratados sob a ótica do dominador. A presença de catedráticos de destaque, como Joaquim Manuel de Macedo e Justiniano José da Rocha, figuras ilustres da sociedade brasileira, reforça a centralidade da instituição no panorama educacional brasileiro.

Na terceira parte, foi possível aprofundar a análise sobre a disciplina de História e os mecanismos de exclusão e inclusão que permeavam o Colégio Pedro II. Embora a instituição se apresentasse como um espaço de caridade e abertura para órfãos e estudantes de diferentes origens, seu papel na manutenção das desigualdades estruturais fica evidente quando se leva em consideração que sua existência era do interesse das elites dirigentes. A análise dos currículos e dos programas de ensino destaca a existência de um enfoque predominantemente eurocêntrico, que priorizava feitos portugueses e relegava as contribuições de outros grupos sociais a um papel secundário, marginalizado ou mesmo apagado. Além disso, a prática da escravidão dentro do próprio colégio, durante o período, demonstra como a instituição estava profundamente inserida no contexto escravocrata do Brasil do século XIX, contribuindo para a naturalização desse sistema.

A análise e a abordagem crítica do currículo e dos programas de ensino revelam, ainda, que os conteúdos escolares do Colégio Pedro II estavam alinhados aos interesses políticos e sociais do Estado imperial. O currículo funcionava como um instrumento de manifestação dos interesses do Império e das elites dirigentes, moldando uma parte da sociedade de forma que fosse alinhada aos valores e às narrativas da monarquia brasileira, bem como aos ideais civilizatórios propostos.



Portanto, o Colégio Pedro II não foi apenas uma escola, mas também uma importante ferramenta do Estado que veiculava uma visão de nação que excluía vozes dissonantes e reforçava a hegemonia das elites nacionais, junto aos valores civilizacionais eurocêntricos. Essa constatação convida a uma reflexão mais ampla sobre o papel da Educação na formação de identidades e na perpetuação de desigualdades. O estudo do Colégio Pedro II, nos primeiros anos de sua existência, ilustra como as instituições educacionais podem ser utilizadas como alternativas de consolidação do poder. Desse modo, a história dessa instituição se torna um exemplo emblemático das tensões entre poder, memória e educação no Brasil do século XIX, com repercussões que ecoam até os dias atuais.

Referências

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2023.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

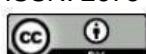
ANDRADE, Vera Lucia Cabana. **Colégio Pedro II – Um lugar de memória**. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. **Historiadores do IHGB/Catedráticos do CPII - Império**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 168, n. 434, jan/fev. 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Considerações sobre o paradigma positivista em História**. Revista Historiar - Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011).

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminario de S. Joaquim em collegio de instrucção secundaria, com a denominação de Collegio de Pedro





II, e outras disposições. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. **Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838.** Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1838, Página 61 Vol. 1 pt. II.

BRASIL. **Decreto nº 62, de 1º de fevereiro de 1841.** Altera algumas das disposições do Regulamento N.º 8 de 31 de janeiro de 1838, que contêm os Estatutos do Collegio de Pedro Segundo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1841, Página 13 Vol. pt II.

BRASIL. **Decreto nº 598, de 25 de março de 1849.** Altera os Estatutos do Collegio de Pedro Segundo, na parte relativa ao julgamento dos exames; divide em duas a Cadeira de Historia e Geographia; subdivide em duas a 2.ª de Latim; marca o vencimento dos Professores; e providencia sobre a hora em que devem achar-se no Collegio. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1849, Página 69 Vol. pt II.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional (1830-1889).** Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: MAPFRE / Objetiva, 2012.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares:** reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, n. 2, 1990. p. 177-229.

CORREIO OFFICIAL: **In Medio Posita Virtus.** Parte naõ official. Rio de Janeiro, Volume 2º, nº 131, 7 de dezembro de 1837.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

LARA, Silvia Hunold. **Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico.** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.17-39, dez. 2008.





LORENZ, Michael Karl; VECHIA, Ariclê. **Programas de ensino da escola secundária brasileira (1850-1951)**. Curitiba: Ed. do autor, 1998.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

26

MARTINS, Estevão de Rezende. **Consciência histórica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de. *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **A vida política**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.). *História do Brasil Nação: Crise colonial e independência (1808-1830)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2011.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica**: a história e os estudos sociais. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

SANTOS, Felipe Lameu dos. **A “natural e primeira educação”**: Educação physica e formação do Brasil (1823-1854). 2021. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Felipe Lameu dos; GONDRA, José; LOPES, Katia Geni Cordeiro. Forma(ta)r o povo, plasmar a nação: acordos, desconcertos, atravessamentos (1823-1827). In: LIMEIRA, Aline Moraes; CLEMENTE, Edgleide; GONDRA, José. **Independência & Instrução no Brasil**: história, memória e formação (1822-1972), p. 39, 2022.

SILVA, Letícia Sousa Campos da. **Tensões na escola do Imperador**: Uma crítica à história única dos trabalhadores do Colégio Pedro II (1837-1889). Tese (doutorado) — Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário no império brasileiro**: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 18, p. 29-44, jun. 2005.

ⁱ Patrick da Silva Pastos, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8072-4134>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Licenciado em História pelo Colégio Pedro II.



Contribuição de autoria: Análise documental e escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7116667849134328>.

E-mail: patrick.pastor.1@cp2.edu.br

ⁱⁱ **Felipe Lameu dos Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8856-9960>

Colégio Pedro II

Professor do Colégio Pedro II. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação GEPHE-CP2. Doutor em Educação, Mestre em Educação, Licenciado em Educação Física.

Contribuição de autoria: Orientação e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9983111807467730>.

E-mail: felipelameu@gmail.com

27

Editora responsável: Genifer Andrade

Especialista ad hoc: Salania Maria Barbosa Melo e Viviane da Silva Batista.

Como citar este artigo (ABNT):

PASTOS, Patrick da Silva.; SANTOS, Felipe Lameu dos. Educação e identidade nacional: contribuições da disciplina de História do Colégio Pedro II (1837-1850). **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15371, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15371>

Recebido em 1 de abril de 2025.
Aceito em 2 de setembro de 2025.
Publicado em 15 de outubro de 2025.

